



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

14/01/2017 ATÉ 14/01/2017

INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 INTERNET - OUTROS.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG GILBERTO LIMA.....	2 3 4
	2.2 BLOG JORGE VIEIRA.....	5
	2.3 BLOG SÉRGIO MATIAS.....	6
	2.4 BLOG WALDEMAR TER.....	7
	2.5 PORTAL GADITAS.....	8
3	VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	
	3.1 BLOG ZECA SOARES.....	9

Do Jornal Nacional: Novo secretário de Juventude é acusado de enriquecimento ilícito pelo MP do Maranhão

14/01/2017 00:00:00

**MP do Maranhão diz que ele ocupou vários cargos em prefeitura.
Foram 6 cargos em 4 meses; ele teria recebido sem trabalhar.**

*Por Alex Barbosa
de São Luís*

O novo secretário nacional da Juventude, Assis Filho, responde na Justiça por enriquecimento ilícito. O Ministério Público do Maranhão diz que ele que ocupou ao mesmo tempo vários cargos na prefeitura de Pio XII, recebendo sem trabalhar.

Assis Filho tem 30 anos e é presidente nacional da Juventude do PMDB. Para assumir o novo cargo, ele deixa a superintendência regional Norte Nordeste da EBC, Empresa Brasil de Comunicação.

Assis assume o lugar deixado por Bruno Júlio, também do PMDB, que teve que pedir demissão depois de declarar que "deveria haver uma chacina por semana" ao comentar os massacres no Amazonas e em Roraima.

O novo secretário Assis Filho é de Pio XII, interior do Maranhão, onde foi vereador. Desde agosto de 2016 ele responde na Justiça a processo por suposto enriquecimento ilícito e danos ao erário.

De acordo com o Ministério Público, Assis Filho foi nomeado para várias funções públicas ao mesmo tempo na prefeitura de Pio XII. Foram seis nomeações públicas em quatro meses, além da função de advogado que ele continuou exercendo. Há suspeita de que ele teria recebido sem trabalhar.

No processo aparecem os contracheques de Assis Filho. Em fevereiro de 2016 ele foi nomeado procurador-geral do município, mas também recebeu como assessor jurídico da Secretaria de Educação.

Em março, ele continuava como assessor jurídico, mas da Secretaria de Administração.

E em maio, ele foi exonerado da função de procurador-geral e passou a receber da prefeitura como procurador-geral da Secretaria de Administração, professor e secretário de Cultura.

O novo secretário nacional de Juventude nega qualquer irregularidade.

"Eu estou muito tranquilo de que eu prestei serviços ao município de Pio XII em tempos distintos com base nos princípios da moralidade pública. Toda vez que eu assumia um desses cargos eu pedia exoneração do anterior e eu comprovo isso nos meus pedidos de exoneração feitos oficialmente ao prefeito e nas portarias de nomeação no cargo e de exoneração do outro. Durante um período de quatro anos é um tempo muito hábil para exercer três funções", disse ele.

A Justiça do Maranhão mandou bloquear os bens de Assis Filho em agosto de 2016.

A Secretaria de Governo, que é responsável pela Secretaria Nacional da Juventude, não quis se manifestar sobre a denúncia contra o secretário. Só avisou que a nomeação dele para o cargo está mantida.

Breno Pires
O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O novo secretário nacional da Juventude do governo Michel Temer, Francisco de Assis Costa Filho, denunciado em um processo de improbidade administrativa na cidade de Pio XII no Maranhão, teve bens indisponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão em 10 de agosto de 2016. Assis Filho está recorrendo da decisão e, após ter um primeiro pedido negado, aguarda uma decisão do desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, relator do caso na segunda instância.

Francisco de Assis Costa Filho substituiu Bruno Moreira Santos, conhecido como Bruno Júlio, exonerado no início da semana após declarar à imprensa que "tinha que ter uma chacina por semana" nos presídios brasileiros. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira, 13.

A Procuradoria-Geral de Justiça se manifestou ao Tribunal de Justiça do Maranhão pedindo que o recurso dele seja aceito, para desbloquear bens. "Esta Procuraria de Justiça se manifesta pelo provimento do recurso, para que seja afastada a medida restritiva", diz a decisão da procuradora de justiça Samara Ascar Sawaia.

O processo em questão é uma ação civil pública proposta com a alegação de que existem "funcionários fantasmas" no quadro do município de Pio XII. O juiz Raphael Leite Guedes entendeu que cerca de R\$ 2,5 milhões haviam sido desviados do município para pagamento de funcionários fantasmas e, por isso, bloqueou bens de Assis Filho e os outros 47 denunciados no processo, bem como afastou o prefeito e secretários municipais da cidade de Pio XII-MA, cidade onde nasceu e já cumpriu mandato como vereador. Não está informado na decisão quanto foi bloqueado de cada um.

O recurso de Assis Filho na segunda instância foi negado no dia 3 de novembro, por decisão do desembargador José de Ribamar Castro ? substituto do relator, Lourival de Jesus Serejo Sousa, cedido à presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. No entanto, o desembargador pediu à Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão que se manifestasse sobre o assunto, o que foi só feito nesta sexta-feira, dia da nomeação de Assis Filho pelo governo Temer.

Alegações. Segundo o exposto pelo desembargador José Ribamar de Castro na decisão de novembro em que negou o recurso, a defesa de Assis Filho afirmava que a inclusão dele no grupo de 48 denunciados era "indevida" e que ele não teria exercido funções públicas de forma concomitante. "A defesa afirma nesse ponto, que além de não ter exercido algumas das funções ali enumeradas, as

únicas datas que se confundem referem-se ao período de maio de 2015 a janeiro de 2016, quando exerceu os cargos de Secretário Municipal de Cultura e Juventude e Assessor Jurídico da Secretaria de Educação, o que não se caracteriza como um ato de improbidade", relatou o juiz.

A defesa também apresentou, segundo o juiz, a informação de que ele estava sofrendo "danos" porque a decisão atingiu as remunerações de Assis Filho como professor da Universidade Estadual do Maranhão e como superintendente da EBC (Empresa Brasil de Comunicação).

"Após alegar que os danos já lhe estão sendo causados, posto que a constrição atingiu as remunerações que recebe como professor da Universidade Estadual do Maranhão e como superintendente da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), requer a atribuição de efeito suspensivo ao agravo, para que seja sustada a ordem de indisponibilidade de bens do recorrente ou de todos os requeridos na ação de improbidade, até o julgamento final do agravo", relatou o desembargador.

O desembargador, ao recusar o recurso, afirmou que "a decisão recorrida fez ampla referência às provas carreadas aos autos, em especial aos depoimentos testemunhais, mas a juntada de tais elementos não foi realizada nessa instância recursal. Assim, resta inviabilizada, agora, a análise dos elementos probatórios manuseados pelo magistrado e que o fizeram chegar à conclusão pela concessão da liminar, sendo esta mais uma razão a não autorizar, neste momento processual, a suspensão da medida deferida em primeiro grau". Procurado, o advogado de Assis não atendeu às ligações.

Novo secretário da Juventude de Temer já fraudou seleção da pasta

O novo secretário, que responde a um processo por improbidade administrativa no município de Pio XII, no Maranhão, mentiu para ser selecionado e participar de um encontro de gestores de juventude ao informar que foi secretário de Cultura e Juventude da capital São Luís, cargos que nunca ocupou.

Assis Filho nem assumiu o cargo, mas já é destaque negativo do destrambelhado governo de Michel Temer

do Brasil 247

O novo secretário nacional da Juventude do governo Temer, Francisco de Assis Costa Filho, nomeado nesta sexta-feira 13 no lugar de Bruno Júlio - que deixou o cargo após defender "uma chacina por semana" nos presídios do País - tem mais a responder do que o processo de improbidade administrativa no Maranhão.

Em 2015, a Secretaria Nacional da Juventude abriu uma seleção que escolheria 100 gestores da área para receber apoio financeiro a fim de participar do III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, organizado pela Frente Nacional de Prefeitos, entre os dias 7 e 9 de abril daquele ano.

Na inscrição, Assis Filho informou ser secretário de Cultura e Juventude de São Luís, capital do Maranhão, cargo que nunca ocupou ([confira aqui](#) a tabela com os selecionados). Uma função ocupada por ele na área de Juventude ocorreu no município maranhense de Pio XII. No entanto, ele se tornou secretário na cidade apenas em maio de 2015 - a seleção para o encontro foi em fevereiro.

Neste encontro, seria eleito o presidente do Fórum Nacional de Gestores de Juventude, em quem ele votou de forma irregular, uma vez que não era gestor - foi eleita aquele ano para o posto Camila Cardoso, do PT de São Paulo. Assis Filho chegou a lançar um candidato, então presidente da Juventude do PMDB, Valber Neto, que foi derrotado.

No processo por improbidade administrativa a que responde, o novo secretário de Temer é acusado de ser funcionário fantasma em Pio XII, onde teria acumulado até seis cargos municipais num intervalo de quatro meses, segundo o Ministério Público do Maranhão. Ele teve os bens bloqueados em agosto de 2016 e tenta reverter essa decisão na Justiça. Outras 47 pessoas foram acusadas do mesmo esquema e tiveram bens bloqueados. O Ministério Público do Maranhão acusa o grupo de ter causado prejuízo de R\$ 2,5 milhões aos cofres municipais com pagamentos a funcionários fantasmas.

Vídeo: Enriquecimento ilícito de Assis Filho é notícia no Jornal Nacional

13/01/2017 23:28:32

O recém nomeado Secretário Nacional de Juventude, Assis Filho (PMDB) foi notícia agora pouco no Jornal Nacional. O ex diretor da Empresa Brasileira de Comunicação é acusado de receber sem ir trabalhar na prefeitura de Pio XII, no Maranhão.

Secretário Nacional da Juventude, quem o deputado Roberto Costa chama de companheiro, teve bens bloqueados por suspeita de enriquecimento ilícito

**Deputado Roberto Costa em audiência com ministro Eliseu Padilha na companhia de Assis Filho.
Foto: Arquivo.**

"Parabéns, companheiro Assis Filho! A nomeação do companheiro Assis Filho para a Secretaria Nacional de Juventude do Governo Temer, nos enche de orgulho e satisfação. É a vitória de uma geração no Maranhão, que começou nos primórdios dos anos 90 no PMDB, com a geração do movimento estudantil que foi formada nas discussões e mobilizações de jovens que lutavam independentes de suas posições partidárias, pela implantação de políticas públicas para a juventude maranhense", comemorou Roberto Costa em sua página em uma rede social.

Na edição do Jornal Nacional desta sexta-feira (13) e nos principais órgãos de comunicação do país o que se destacou mesmo foi ações que o novo secretário responde na Justiça, como por enriquecimento ilícito.

De acordo com a reportagem, o Ministério Público do [Maranhão](#) diz que ele que ocupou ao mesmo tempo vários cargos na prefeitura de Pio XII, recebendo sem trabalhar.

Assis Filho tem 30 anos e é presidente nacional da Juventude do [PMDB](#). Para assumir o novo cargo, ele deixa a superintendência regional Norte Nordeste da EBC, Empresa Brasil de Comunicação.

O novo secretário Assis Filho é de [Pio XII](#), onde foi vereador. Desde agosto de 2016 ele responde na Justiça a processo por suposto enriquecimento ilícito e danos ao erário.

A Justiça do Maranhão mandou bloquear os bens de Assis Filho em agosto de 2016.

ASSIS FILHO: SECRETÁRIO DE JUVENTUDE DE TEMER RESPONDE NA JUSTIÇA POR IMPROBIDADE NO MARANHÃO

14/01/2017 06:10:53

Assis Filho é acusado de ter sido funcionário fantasma em prefeitura.

Segundo o MP, ele acumulou seis cargos no intervalo de quatro meses.

O novo secretário nacional de Juventude do governo Michel Temer, Francisco de Assis Costa Filho, é reinquirido por improbidade administrativa (crime cometido por funcionário) em um processo que tramita na Justiça do Maranhão acusado de ter sido funcionário fantasma na prefeitura de Pio XII, no interior maranhense. A nomeação de Assis Filho foi publicada na edição desta sexta-feira (13) do "Diário Oficial".

Filiado ao PMDB do Maranhão, o novo secretário de Juventude irá substituir Bruno Júlio, que pediu demissão na última sexta (6) após uma declaração polêmica na qual disse que "tinha era que matar mais presos" e que "tinha que haver uma chacina por semana" nos

presídios.

Do G1 MA

Até ser nomeado secretário de Juventude, Assis Filho ocupava o cargo de superintendente da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) no Nordeste. Ele também é presidente da Juventude do PMDB. A previsão é de que o novo secretário tome posse nesta segunda-feira (16).

Segundo o Ministério Público do [Maranhão](#), Assis Filho exerceu, no intervalo de quatro meses, seis funções na Prefeitura de Pio XII , cidade a 270 km de [São Luís](#). As nomeações foram entre 2014 e 2016.

De acordo com a denúncia do MP, em maio de 2016, Assis Filho aparecia na folha de pagamento do município maranhense nos cargos de secretário de Cultura, professor e procurador-geral do município.

Assis Filho e outros 47 foram acusados, em 2016, de serem funcionários fantasmas da prefeitura de [Pio XII](#). Ainda segundo o MP, o grupo causou um prejuízo de R\$ 2.478.406,88 aos cofres municipais. A Justiça aceitou a denúncia e os reinquiriu por improbidade administrativa.

saiba mais

- [Governo publica nomeação do novo secretário da Juventude](#)

Em nota, o novo secretário nacional de Juventude disse que exerceu os cargos "em momentos distintos e não cumulativamente" (*leia a íntegra do comunicado ao final desta reportagem*).

Também por meio de nota, a Secretaria de Governo - pasta a qual a

Secretaria Nacional de Juventude está subordinada - informou que não vai se manifestar em relação à denúncia contra Assis Filho e ainda sobre o fato de ele ser réu por improbidade administrativa.

Leia a íntegra da nota de Assis Filho:

Sobre os fatos amplamente noticiados a respeito da denúncia apresentada pelo Ministério Público contra mim e outros, no episódio da Prefeitura Municipal de Pio XII-MA, esclareço:

1- Exerci o cargo de Procurador Geral do município na Prefeitura de Pio XII até meados de 2016. Nesse período, o Ministério Público iniciou uma investigação com base em uma denúncia de supostos funcionários fantasmas na Prefeitura.

2- No exercício da minha atividade profissional como advogado, devidamente habilitado nos autos na condição de procurador, declarei, inclusive nos meios de comunicação, discordar da investigação e de seu desenrolar, fato que desagradou o promotor de justiça e que levou a manifestação da Associação do MP do MA;

3- No mesmo sentido, a OAB-MA, entendendo que eu estaria no exercício das minhas prerrogativas como advogado, também se manifestou no caso, realizando um ato de repúdio no dia 16/08/16 na sede da Câmara Municipal de Pio XII.

4- Diante da acusação do MP por acúmulo de função, cabe destacar que os cargos foram exercidos por mim em momentos distintos e não cumulativamente, conforme se infere das informações abaixo:

- Professor: jamais fui professor do município de Pio XII, sou professor de Direito administrativo e humanos da UEMA;

- Secretário municipal de cultura e Juventude: assumi no dia 15/12/14 e fui exonerado no dia 10 de fevereiro de 2016;

- Procurador geral do município: fui nomeado no dia 10 de fevereiro de 2016, logo após o ato de exoneração da Secretaria.

5- A ação civil pública por ato de improbidade se encontra em fase preliminar, estando a OAB devidamente habilitada nos autos em defesa dos advogados. Ressalta-se ainda que a justiça até agora não se manifestou sobre o recebimento da denúncia, fato que não me caracteriza como réu no processo.

Adaptações na Funac

13/01/2017 22:00:18

Juiz recomenda adaptações urgentes na Unidade de Ressocialização da Funac, na Aurora

O Juizado da Infância e Juventude concluiu o relatório da inspeção feita no prédio alugado pra funcionar a Funac, no bairro da Aurora, em São Luís. Na noite dessa quinta-feira (12), em outra unidade da Funac, o Centro de Juventude Canaã, no bairro do Vinhais, adolescentes promoveram um quebra-quebra dentro do prédio e foram parar na delegacia. A confusão foi por conta da comida servida no jantar, que desagradou os internos.

Sobre a unidade da Aurora, o juiz 2ª Vara da Infância e Juventude, José dos Santos Costa, concluiu o relatório da inspeção feita esta semana no prédio. A unidade começou a funcionar há poucos dias no prédio alugado pelo Governo do Estado. Sete adolescentes estão internados já. Os moradores da Aurora estão incomodados com a nova vizinhança e fazem um protesto permanente na frente do prédio interditando a rua.

O juiz que inspecionou as instalações onde os menores estão internados encaminhou ao governo algumas recomendações, como a conclusão da reforma do local num prazo de 30 dias, uma vistoria de urgência do Corpo de Bombeiros pra verificar as normas de segurança, além da garantia da presença da polícia no local em plantão de 24 horas.

"Recomendamos que façam com urgência algumas adaptações, concluam o muro e, além disso, que haja vistoria do Corpo de Bombeiros para garantir mínima do prédio em caso de incêndio. Ela também não tem espaço como exige a lei, com quadras para atividades de quem está internado", concluiu o juiz.

A Defensoria Pública do Estado também participou da inspeção e concluiu que a Funac da Aurora não pode ser uma unidade definitiva.

"Esta unidade é provisória. A ideia é que ela seja substituída quando ficarem prontas as próximas que estão sendo feitas, provavelmente a próxima concluída será a do São Cristóvão e aí ela (a da Aurora), ela será desativa. Foi o que nos disse o secretário dos Direitos Humanos e Participação Popular (Francisco Gonçalves)", disse o defensor público geral do estado, Werther de Moraes Lima Júnior.

[Leia mais](#)

O post [Adaptações na Funac](#) apareceu primeiro em [Zeca Soares](#).

O Banco do Brasil terá que pagar o valor de R\$ 4.400, 00 (quatro mil e quatrocentos reais) a um cliente que recebeu cobrança indevida e ainda teve o nome inscrito nos cadastros de proteção ao crédito. A decisão, proferida pelo Poder Judiciário da Comarca de Carolina, impõe ainda ao banco uma multa de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) em caso de descumprimento da decisão judicial.

Consta na ação, movida por R.M.R., que ele teria aderido ao parcelamento do valor da fatura de cartão de crédito da conta da qual é titular, parcelamento este oferecido pela instituição bancária de forma expressa na fatura, referente a novembro de 2014. “Ocorre que o banco demandado ignorou a operação efetuada, bloqueando o cartão de crédito do requerente, o inserindo nos cadastros de negativação, e, ainda, incluindo o saldo devedor da referida fatura no mês seguinte (dezembro)”, ressalta a decisão. Foi designada audiência conciliatória, que não se realizou pela injustificada ausência do banco reclamado, embora tenha sido devidamente intimado.

E segue: “Diante da revelia do requerido, presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora na inicial, e esses fatos levam às consequências jurídicas almejadas, de forma que promovo o julgamento antecipado da lide e conheço diretamente do pedido nos termos do art. 355, inciso II do Novo Código de Processo Civil. Em esfera de juizado, onde imperam os princípios da informalidade e celeridade, a ausência de contestação do requerido que, conseqüentemente se tem como revel, faz valer contra si os fatos trazidos pelo reclamante, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Para o Judiciário, foi verificada a falha na prestação do serviço pela empresa demandada.

Sobre o caso, a decisão explica que “o grau de culpa consistiu no fato de que a demandada, por ingerência e falta de responsabilidade, não atendeu ao chamado do consumidor que ficou injustamente privado da utilização do cartão de crédito, mesmo estando em dia com o pagamento das faturas de consumo, além de ter o nome injustamente negativado, por dívida cobrada de maneira indevida, caracterizando, desta forma, um ato praticado e um fato consumado, gerando o nexo causal aplicável a responsabilidade civil da empresa demandada, razão pela qual o pedido de indenização por danos morais é pertinente”.

'Violência não é combatida com violência', diz novo secretário da Juventude

De O Estadão

BRASÍLIA - Escolhido para substituir o secretário que defendeu uma "chacina por semana" nos presídios, Francisco de Assis Costa Filho, que comandará a Secretaria Nacional de Juventude do governo de Michel Temer, se diz um defensor dos direitos humanos e afirmou que "violência não é combatida com violência", mas com políticas públicas. Professor de Direitos Humanos da Universidade Estadual do Maranhão e até ontem presidente nacional da Juventude do PMDB, sua posse está marcada para a próxima segunda-feira, 16.

O maranhense, que é também advogado e ocupava um cargo de superintendência na EBC (Empresa Brasil de Comunicação) no Maranhão, disse acreditar na ressocialização dos presos e disse que vai trabalhar para ajudar a implementar políticas públicas que ajudem a diminuir a violência entre os jovens e a combater a desigualdade social, em clara oposição ao discurso do ex-secretário Bruno Moreira Santos, conhecido como Bruno Júlio, exonerado no início da semana.

Assis Filho responde a [denúncia do Ministério Público do Maranhão feita em 2016 por improbidade administrativa](#) na cidade de Pio XII, onde nasceu e da qual já foi vereador. Ele teve bens indisponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão em agosto passado. Recorrendo quanto ao bloqueio de bens, Assis Filho teve recurso negado na segunda instância, mas justamente nesta sexta-feira, 13, dia de sua nomeação, recebeu uma manifestação da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão favorável ao fim do bloqueio de recursos. Aguarda uma decisão do desembargador Lourival de Jesus Serejo Sousa, relator do caso, que pode decidir sozinho ou levar ao plenário.

Você responde a uma denúncia por improbidade administrativa na Justiça do Maranhão, acusado de envolvimento em um caso de contratação de funcionários fantasmas em que teriam sido desviados cerca de R\$ 2,5 milhões da prefeitura de Pio XII, sua cidade natal. O que o senhor alega?

O Ministério Público investigava através de inquérito civil a suposta existência de funcionários fantasmas. Eu estava como procurador-geral do município, e algumas posições do promotor quanto às investigações não foram de acordo com o que a Procuradoria-Geral do município entendia. O nosso posicionamento foi exposto, e o promotor da época se sentiu desconfortável com tal situação. A afirmação de que eu acumulava funções e que, por conta disso, havia fantasmas, não procede. Eu exerci três funções: a primeira como secretário municipal de cultura e juventude, depois como assessor jurídico da Secretaria Municipal de Educação. E depois o prefeito me chamou para ser procurador-geral do município. Todas as portarias de nomeação e exoneração são compatíveis e foram feitas em datas diferentes e acumulativas. Talvez a minha atuação profissional como advogado e procurador do município tenha incomodado o promotor de justiça, e inclusive a OAB entende que eu estava no exercício da minha atividade como procurador. O MP não pode confundir o advogado com o cliente. A OAB do

Maranhão esteve em Pio XII logo depois que o meu nome foi colocado na representação da possível improbidade administrativa junto com outros dois advogados e fez um ato de repúdio e agravo. Quem faz a defesa da representação contra mim e outros advogados é a própria OAB-MA, e já foi solicitado o desmembramento do processo, para que a análise seja separada. A Justiça não se manifestou ainda, portanto não se pode considerar que sou réu do processo, uma vez que o juiz não aceitou ainda.

Você sucede um secretário que se mostrou a favor das chacinas nos presídios. Como comenta as declarações do ex-secretário Bruno Júlio sobre os massacres dizendo que "tinha que matar mais"?

O próprio ex-secretário, antes de sair do governo, afirmou que aquilo era uma posição de caráter pessoal dele. E não representa o pensamento do governo, até porque o governo anunciou antes de ontem que está investindo mais de R\$ 1 bilhão no sistema penitenciário. Este valor é duas vezes mais do que os investimentos que foram feitos nos últimos 13 anos. A gente não pode tratar a violência com violência. Eu sou professor de direitos humanos na Universidade Estadual do Maranhão, e a minha visão é que nós precisamos tratar as pessoas com humanidade, com políticas públicas, para que a gente possa ter uma sociedade justa, igualitária. Acredito na ressocialização, na humanização das pessoas, e a nossa visão na implementação das políticas públicas seguirá este norte.

Você acha que defender os direitos humanos pesou para a sua escolha?

Bom, esta é uma afirmação que o governo precisaria fazer. Eu sou professor, sou advogado por formação, e tenho uma visão neste sentido da defesa dos direitos humanos. Eu acredito que a violência não é combatida com violência. A violência é combatida com educação, com saúde, com políticas públicas eficazes, que sejam capazes de mudar a realidade social. Eu acredito nisto. Eu tenho formação acadêmica nisto e tenho vivência política e social neste sentido. O cidadão precisa ser enxergado como sujeito de direito e nesta perspectiva implementar ações que possam ajudá-los a sair da zona de risco e violência e que tragam um conforto social.